



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 27/05/24

M. Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Maria Lages
Secretaria Legislativa - CCI

Ao Deputado

Maria

para relatar

Em 13/05/24

[Assinatura]
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

**ALEPI**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ**PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 79, 30 DE ABRIL DE 2024.****CRIA O PROGRAMA "TENDAS VIOLETAS" CONTRA O ABUSO, ASSÉDIO E IMPORTUNAÇÃO SEXUAL NOS EVENTOS REALIZADOS EM ESPAÇOS PÚBLICOS NO ÂMBITO DO ESTADO DO PIAUÍ.****AUTOR: DEP. DR. MARCUS VINÍCIUS KALUME****RELATOR: DEP. GUSTAVO NEIVA****I. RELATÓRIO**

Foi enviado para relatoria deste Deputado, o Projeto de Lei Ordinária de nº 79 de 30 de abril de 2024, de autoria do ilustre Dep. Dr. Marcus Vinícius Kalume, que cria o Programa "Tendas Violetas" contra o abuso, assédio e importunação sexual nos eventos realizados em espaços públicos no âmbito do Estado do Piauí.

Em fundamento a sua pretensão o autor justifica da necessidade de instalação de "Tenda Violeta" em eventos culturais, festivos e de lazer, de grande porte, cuja estimativa de público seja igual ou superior a 5 (cinco) mil pessoas, realizados em logradouros públicos, para que haja à prevenção de abuso sexual, assédio sexual e importunação sexual, ocorridos durante sua realização. À referida "Tendas Violetas" fará a distribuição de materiais informativos voltados à prevenção do abuso sexual, assédio sexual e importunação sexual por meio da difusão de informações sobre a importância do consentimento explícito antes de qualquer interação sexual, assim como o atendimento às vítimas dessas violências;

É o relatório, devemos então verificar a constitucionalidade, juridicidade e legalidade da proposição ora apresentada.

II. VOTO DO RELATOR

Para tanto, apresento, de acordo com os artigos 155, parágrafo único e 156 do regimento interno desta casa, parecer onde examino o projeto de lei que ora encontra-se sob análise.

**ALEPI**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

A função Legislativa está sendo exercida na análise da proposição que se enquadra no rol das constituídas pelo art. 97 e art. 142, do Regimento interno.

O referido projeto está alinhado com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, igualdade de gênero, e proteção contra todas as formas de violência e discriminação, conforme previsto nos artigos 1º, III, e 5º, I e III, da Constituição Federal, bem como de acordo com nossa Constituição Estadual que possui competência para legislar sobre segurança pública e proteção dos direitos humanos em seu território.

Verifico assim que não existem impedimentos segundo o artigo 75 da Constituição Estadual, ao passo que sugerimos pelo acatamento do Projeto de Lei nesta Comissão.

Depois de analisada, verifica-se, portanto, que tal norma proposta pelo Nobre Parlamentar, **no mérito, atende aos critérios de conveniência e oportunidade**, motivo pela qual entendendo que não há impedimento quanto a sua legalidade, juridicidade, regimental e técnica legislativa, **recomendando sua aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça.**

III. PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, após discussão e deliberação resolve pela:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Aprovação. | <input type="checkbox"/> Rejeição. |
| <input type="checkbox"/> Aprovação com Emenda. | <input type="checkbox"/> Transformação em Indicativo. |
| <input type="checkbox"/> Aprovação com Substitutivo. | <input type="checkbox"/> Aprovado em reunião conjunta. |

**SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA EM TERESINA/PI, 24 DE JUNHO DE 2024.**

Deputado Gustavo Neiva
Relator

Gustavo Neiva

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

APROVADO À UNANIMIDADE.
EM, 02/07/2024
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
<i>Justiça</i>